



## 45 anos de *Elegia para uma re(li)gião*: revisitando a “economia política do planejamento regional”

**Fabiano José Araújo dos Santos**  
Universidade Regional do Cariri

### RESUMO

*Nesse trabalho, focamos no sentido econômico da análise presente em Elegia para uma re(li)gião para vislumbrarmos alguns dos aspectos da complexa crítica de Francisco de Oliveira realizada como, nas palavras do próprio autor, uma “economia política do planejamento regional para o Nordeste do Brasil”. Compreendemos que sua crítica possui muitas camadas e é nessa complexidade que ele fundamenta sua concepção de região; de modo que, aí, ele encontra não apenas o ponto de partida para o entendimento tanto da especificidade das relações político-econômicas particulares da economia brasileira quando da realização de seu projeto de integração nacional, no qual a SUDENE terá papel fundamental, quanto da própria visão de mundo que fundamenta esse processo, sua Weltanschauung particular. Mostraremos, portanto, como a partir de dois eixos principais de discussão – a relação entre crescimento e desenvolvimento econômico e a natureza e o papel do Estado – ele repensará a categoria região, apresentando-a sob perspectiva crítica (e propriamente marxista) e em caráter multidimensional: não apenas econômico, portanto, mas também político, histórico e geográfico.*

**Palavras-chave:** Francisco de Oliveira; Elegia para uma Re(li)gião; Economia Política; Planejamento Regional.

## 45 years of *Elegy for a re(li)gion*: revisiting the “political economy of the regional planning”

### ABSTRACT

*In this work, we focus on the economic sense of the analysis presented in Elegy for a re(li)gion to glimpse some aspects of Francisco de Oliveira's complex critique carried out as a "political economy of the Brazilian North East's regional planning". We understand that his criticism has many layers and it is in this complexity that he bases his conception of region; in a way that there he can find the starting point not only for the understanding of the particular political-economic relations of the Brazilian economy by the time of its national integration project, in which SUDENE will play a fundamental role, but also the very “world vision” that substantiates this process, its particular Weltanschauung. We will, therefore, show how from two main axes of discussion - the relation between economic growth and economic development and the nature and role of the State – he will rethink (from a marxist perspective) the region as a category to present it in a multidimensional perspective: not only economic, therefore, but also political, historical and geographical.*

**Keywords:** Francisco de Oliveira; Elegy for a Re(li)gion; Political Economy; Regional Planning.



## 45 años de *Elegia para una re(li)gión:* revisitando la “economía política de la planificación regional”

### RESUMEN

*En este trabajo nos centramos en el sentido económico del análisis presente en Elegia para una re(li)gión para vislumbrar algunos aspectos de la compleja crítica de Francisco de Oliveira realizada como, en palabras del propio autor, una "economía política de la planificación regional para el Noreste de Brasil". Entendemos que su crítica tiene muchas capas y es en esta complejidad que fundamenta su concepción de la región; de modo que allí encuentra no sólo el punto de partida para comprender la especificidad de las particulares relaciones político-económicas de la economía brasileña en la realización de su proyecto de integración nacional, en el que la SUDENE jugará un papel fundamental, sino también la cosmovisión que subyace a este proceso, su Weltanschauung particular. Mostraremos, pues, cómo a partir de dos ejes principales de discusión – la relación entre crecimiento económico y desarrollo y la naturaleza y rol del Estado – repensará la categoría región, presentándola bajo una perspectiva crítica (y propiamente marxista) y en una concepción multidimensional: no sólo económica, por tanto, sino también política, histórica y geográfica.*

**Palabras clave:** Francisco de Oliveira; *Elegia para uma Re(li)gião*; Economia Política; Planificación Regional.

### INTRODUÇÃO

*Elegia para uma re(li)gião* parece ter lugar entre os textos cuja força não se limita ao espaço, muitas vezes estéril, das reflexões e discussões acadêmicas. Se é verdade que se pode dizer que a obra que comemora agora 45 anos envelheceu bem, garantindo seu espaço entre as leituras mais importantes para a compreensão da realidade brasileira – não apenas de seu tempo –, também o é o fato de que sua riqueza ainda deixa muito por explorar. Mais importante, parte de sua infeliz atualidade se mostra na radicalidade de sua mensagem, que aponta sempre, e de maneira muito clara, em uma direção bastante incômoda para aqueles que buscam soluções de caráter reformista para o “problema do Nordeste”, notadamente numa ilusória função paternalista neutra do Estado.

Ademais, há também de se ressaltar que *Elegia* é um esforço teórico que se ocupa de uma gama complexa de questões, indo muito além de uma mera análise ou “balanço crítico” dos primeiros anos da experiência da SUDENE. Este é, na verdade, apenas o nível superficial, “local”, de uma crítica que tem alcance “global” (o do conjunto das relações capitalistas) e que também mobiliza, além do evidente âmbito “econômico”, também o “histórico” (colocando sob investigação não a pergunta “o que é Nordeste?”, mas *o que a fundamenta*). Tomaremos, pois, o mencionado nível econômico como base, no breve texto que segue, para termos um pequeno vislumbre da complexidade de sua (crítica da) “economia política do Nordeste”, que ele faz com maestria, ao definir, à sua maneira particular<sup>1</sup>, a categoria região como ponto de partida de

---

<sup>1</sup> Vale lembrar que a *Elegia*, ainda que contemporânea da chamada Nova Geografia, trilha caminho próprio e é mesmo anterior ao aparecimento dos trabalhos “geração de Fortaleza”, responsável por abrir caminho para o marxismo na Geografia, no âmbito da discussão acadêmica brasileira.

Para uma discussão introdutória sobre a Nova Geografia, cf. CHRISTOFOLETTI, Antônio. “As características da Nova Geografia”. *Geografia*. v. 1, n. 1 (1976). Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/14720>



uma análise que tem como preocupações o entendimento das relações político-econômicas particulares que fundamentam o projeto de integração nacional, no qual a SUDENE terá papel fundamental, bem como a própria visão de mundo que lhe serve de base, sua *Weltanschauung*. Na apresentação que segue, no entanto, inverteremos a sequência, discutindo inicialmente alguns aspectos implícitos de sua investigação – a análise crítica de dois eixos principais de discussão: de um lado, a relação entre crescimento e desenvolvimento econômico, e, de outro, a natureza e o papel do Estado –, para só então apresentarmos sua concepção de região e alguns dos achados presentes na *Elegia*. Começemos então com o primeiro deles.

## **CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO, SEGUNDO A IDEOLOGIA ECONÔMICA**

Sabe-se que é com Adam Smith que a economia política reivindica seu status de ciência. Todavia, ela faz isso por meio de uma operação contraditória, pois, de maneira curiosa, ainda que se defina como ciência a partir do recorte específico com o qual aborda seu objeto, essa operação ela realiza sem qualquer preocupação metodológica mais rigorosa. E isso por uma razão muito simples: *é que o ponto de chegada de sua investigação já está dado de antemão*. De fato, analisando a história do pensamento econômico sob uma perspectiva crítica, não é difícil concordar com Leda Paulani quando ela observa que tanto a economia nasce “sob o signo da indeterminação metodológica”, como, em sua evolução, adota um “falseacionismo de fachada” que serve unicamente para reforçar sua característica “indefinição metodológica”.

Mas, podemos nos perguntar: qual a razão dessa indefinição? Ora, para além de uma disputa verdadeiramente séria entre indução e dedução, o que de maneira efetiva define o método da economia e qualifica seu discurso não é outra coisa que sua posição ideológica. E isso tanto entendendo ideologia como uma posição “consciente” quanto entendendo a distorção ideológica como um aspecto mesmo da realidade sobre a qual versa a economia, i. e., a do mundo das relações econômicas, como bem entendeu Marx, ao se dar conta da verdadeira natureza dos engodos em que se viam presos os grandes nomes da economia política classe, em especial Smith e Ricardo. De fato, estando a economia política presa à análise das relações econômicas em sua superficialidade, o que esta lhes mostrava (como ainda mostra, em grande medida) era justamente

uma sociedade de classes que aparece como sociedade sem classes, um indivíduo que aparece como soberano, mas que é completamente dependente e que só por isso pode ser indivíduo, uma produção que visa apenas o incessante movimento do ganho e que aparece como produção para satisfazer necessidades humanas, uma troca de não equivalentes que aparece como troca de equivalentes, uma apropriação de trabalho não pago que aparece como apropriação pelo trabalho próprio, uma determinação que é social, o valor, e que aparece como determinação natural, como propriedade das coisas elas mesmas (PAULANI, 2010, p. 14).

---

Sobre o Movimento de Renovação da Geografia, cf. SILVA, Ana Cristina da. “O movimento de renovação da Geografia no Brasil: a polissemia das narrativas”. Texto apresentado no XIII ENANPEGE - A geografia brasileira na Ciência-Mundo: produção, circulação e apropriação do conhecimento, evento realizado entre 2 e 7 de set. 2019 em São Paulo. Disponível em: [http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562635878\\_ARQUIVO\\_SILVA-Ana-Cristina-ARTIGO-ENANPEGE-2019.pdf](http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562635878_ARQUIVO_SILVA-Ana-Cristina-ARTIGO-ENANPEGE-2019.pdf)



Ora, ela completa, “uma tal realidade, enfim, só poderia produzir um saber eivado ele mesmo de contradições” (PAULANI, 2010, p. 14), ou seja, um saber de fato ideológico, *ainda que não totalmente falso em si*, tendo em vista que o que ele fazia era apenas revelar a contradição característica da maneira de se apresentar do capital, o sujeito da nova realidade histórica. Assim procedendo, no entanto, esse saber não poderia ser entendido como rigorosamente científico, justamente por se apresentar como o discurso por excelência do capital, tantas vezes se confundido com as bazófilas das classes dominantes, que tão bem a acolheram, mas haveria de ser o ponto de partida também da análise verdadeiramente consequente que tem em Marx seu grande paradigma.

Entendido isso, fica fácil compreender porque com Adam Smith a economia põe em cena a ideia de que crescimento e desenvolvimento econômico, se não são a mesma coisa, ao menos caminham na mesma direção. Vejamos *como e por quê*, segundo aquele a quem costumeiramente se credita a “paternidade” da moderna investigação econômica.

O ponto fundamental para entender a argumentação de Smith é saber que o que ele tinha diante de si eram não ainda as condições históricas da produção sob a nascente Revolução Industrial, mas as da precedente manufatura. Basta, portanto, que tenhamos em vista que a especificidade da manufatura, i. e., a especialização do trabalho manual se realizando a partir da inclusão de mais trabalhadores, de modo que essa adição significava a concomitante produção mercadorias de melhor qualidade, com menores custos etc. para entender por que Smith via o desenvolvimento desta – e consequentemente da produção e do próprio mundo mercantil – como um processo necessariamente inclusivo. Com efeito, essa evolução, segundo ele, dar-se-ia de modo que, ao atingir um determinado ponto, também haveria de surgir a pressão por melhores salários, que, ainda que no momento seguinte fossem rebaixados (pela atração de novos trabalhadores para o setor em ascensão), haveria de levar todo o processo a um ponto de partida qualitativamente distinto. Em outras palavras, cada ciclo de crescimento realizaria, ao seu final e considerada sua totalidade, uma espécie de *círculo virtuoso* em que se tornariam indistintos crescimento econômico e desenvolvimento social.

É assim que, de modo simplificado, ele apresenta sua concepção de homem, que, segundo ele, embora se mostre como egoísta do ponto de vista individual, *materializa esse egoísmo como cooperação*, quando se considera a sociedade como um todo, a exemplo de sua famosa afirmação que tem servido de divisa do pensamento liberal desde então: “não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse” (SMITH, 1983, p. 50).

Salientamos aqui que, para Smith, essa discussão se dá em caráter filosófico, pois para ele o que aparece como contraditório o é apenas do ponto de vista fenomênico. Para ele, portanto, o egoísmo individual não exclui a racionalidade das relações capitalistas – cuja expressão máxima é a própria dinâmica do mercado –, mas, ao contrário, é seu próprio fundamento.

Vale ainda notar que o argumento traz a clara inspiração de Bernard Mandeville, autor estudado por Smith e a quem até hoje não se fez a devida justiça nas ideias econômicas: “vícios privados, benefícios públicos” é o subtítulo de seu clássico *A Fábula das Abelhas*, lançado algumas décadas antes de *A Riqueza das Nações*. Mas não se trata, contudo, de simples



repetição, mas de uma reelaboração dessas ideias. De fato, embora reconheça a eloquência viva e cheia de humor de Mandeville, Smith também o censura por apresentar, como nos explica Edwin Cannan<sup>2</sup>, “toda paixão como totalmente viciada, em qualquer grau e direção” (In: SMITH, 1983, p. 28). O que ele tem em mente ao atualizar o pensamento de seu antecessor é responder a um importante problema colocado para a filosofia política inglesa por Hobbes, quando de sua clássica afirmação de que “*homo homini lupus*”, pois, como se sabe, o autor do Leviatã pretende com essa asserção fundamentar a ideia da necessidade do nascente Estado-Nação. Todavia, se esse Estado não é outra coisa que o próprio palco no qual se encena o espetáculo das relações capitalistas, uma vez estabelecido ele não pode ter mais importância que o astro principal, o próprio capital.

No campo das ideias econômicas essa contradição ganha forma com os fisiocratas franceses, que surgem como primeira escola econômica, em meados do séc. XVIII, justamente ao afirmar que embora a economia seja um braço da administração do Estado, ela, no entanto, funciona em um movimento próprio (“natural”) que deve ser respeitado como tal, sem intervenção de qualquer tipo, se é do interesse do soberano dela tirar o melhor proveito. O fato é que esse argumento, que pretensamente inaugura o caráter científico do discurso econômico, esconde, na verdade, uma crítica ao mercantilismo, tal qual havia se materializado na França com sua complexa estrutura de regulamentações e burocracia extremamente rígida. Desse modo, a economia em seu nascimento traz, de uma só vez, a confirmação dos interesses do capital como fundamento do discurso econômico – e de sua já mencionada “indefinição metodológica” – e, em consequência, a separação, no plano teórico, entre Estado e mercado – separação que terá, como sabemos, profundas implicações no próprio desenvolvimento histórico posterior das relações capitalistas, com ecos poderosos até os dias atuais.

Já no que diz respeito à discussão acerca da dicotomia racionalidade x egoísmo, ela é tema de preocupação de uma tradição que inclui nomes importantes como John Locke e David Hume, e também Francis Hutcheson, de quem Smith foi aluno. De fato, podemos, com Myrdal, dizer que foi Hobbes quem colocou o “egoísmo filosófico” como alicerce de uma teoria do Estado e da sociedade moderna. E foi o seu chocante extremismo que serviu de base para a consolidação do nascente utilitarismo no pensamento anglo-saxão, de tal modo que “as gerações posteriores rejeitaram, em conjunto, o seu egoísmo puro ou, pelo menos, abrandaram suas sórdidas implicações sob o pretexto de harmonia de interesses. Mas elas conservaram seus fundamentos psicológicos da ética e o seu método empírico” (MYRDAL, 1984, p. 41). O grande problema posto por ele para a filosofia moral britânica que lhe seria posterior estaria dado precisamente na *incompatibilidade* entre o entendimento do mundo moderno como verdadeira conquista e expressão de uma nova era de incontáveis possibilidades e progressivos avanços, todos norteados pela razão (“o melhor dos mundos possíveis”), com a noção de que os indivíduos, deixados à própria sorte e sem uma instância superior que pudesse fazer o uso “racional” da violência na arbitragem de suas relações, destruiriam uns aos outros. Ora, como poderia ser racional um mundo que tem como fundamento (e é a própria modernidade quem consolida a noção de *indivíduo* como *fundamento da sociedade*) sujeitos irracionais? Sem nos

---

<sup>2</sup> “Introdução de Edwin Cannan”. In: *Riqueza das Nações: uma investigação sobre sua natureza e suas causas*. Volume I. São Paulo: Abril Cultura, 1983 (Os Economistas).





estendermos demais sobre essa questão<sup>3</sup>, sinalizaremos que até Smith esse problema não encontrava solução satisfatória e em Hutcheson, o imediato anterior à Smith na tentativa de resolver esse problema, temos como proposta a distinção entre “bondade material” e “bondade formal”: “materialmente, uma ação é boa se tende a aumentar a felicidade geral, formalmente é boa se surge de uma boa vontade” (MYRDAL, 1984, p. 50). É nesse contexto, portanto, que Smith, também como bom leitor dos fisiocratas e atento, ademais, às conquistas da ciência moderna – em especial a noção newtoniana de “equilíbrio” –, dará nova explicação para a “lei” que versa sobre o caráter natural da dinâmica das relações mercantis: segundo ele, como já assinalamos, o egoísmo é apenas o *aspecto aparente* da lei natural da cooperação, esta que faz com que cada indivíduo atue no mercado “levado como que por mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções” (SMITH, 1983, p. 379).

Mas se as condições históricas que, como vimos, pareciam dar alguma razão ao “bem intencionado” equívoco de Smith, o fato é que a partir dos resultados da primeira etapa da Revolução Industrial tais condições já não se encontram mais presentes. E, nas primeiras décadas do século XIX, é esse o mundo que David Ricardo, o outro grande pilar da chamada escola clássica inglesa, terá como objeto de investigação.

Efetivamente, é apenas com a Revolução Industrial que se pode falar em nascimento das relações de tipo capitalista e, com elas, da moderna luta de classes. E é por meio de movimentos tanto radicais (ludistas) quanto reformistas (cartistas, socialistas utópicos) que as primeiras décadas da moderna sociedade industrial já evidenciam a *diferença irreconciliável* entre capital e trabalho. É, portanto, esse movimento, i. e., a própria *evidência do aspecto político do objeto da economia política*, que incitará os primeiros esforços para que esta seja vista nesse novo momento histórico como ciência “pura”; esforço que caberá a autores como Jean-Baptiste Say e Nassau Senior, abrindo caminho para a chamada “revolução” marginalista, décadas depois, e que consolidará, de fato, a “economia política” como “economia”, agora ciência “pura”, supostamente livrando-a de juízos e vieses de investigação, tendo em vista seu objeto não ser outro que não o mercado, resultado “natural” (*a-político e a-histórico*) das interações entre os indivíduos. Grande consolidador da economia *política*, é Ricardo, na verdade, quem prepara o terreno para a referida mudança, mesmo sem deixar de realizar uma séria investigação sobre a sociedade de seu tempo.

Em seu *Princípios de economia política e tributação* (1817), embora seja um rigoroso investigador da estrutura e organização do nascente mundo capitalista a partir do fundamento do valor, Ricardo chega ao equívoco de ser mais radical que o próprio Say na defesa da “lei” que toma deste último seu nome e que “confirma” a racionalidade e perfectibilidade do mercado, na afirmação, em linhas gerais, de que é a oferta que cria a (própria) demanda. É com base nisso que ele também leva adiante a mencionada tese da equivalência entre crescimento e desenvolvimento econômico, ainda que o nascimento da indústria e a revolução das máquinas, i. e., da *transformação da produção em produção efetivamente capitalista*, já o confrontassem

---

<sup>3</sup> Para mais detalhes sobre essa questão, cf. *Aspectos políticos da teoria econômica*, de Gunnar Myrdal, em especial o cap. 2, “O fundo de cena ideológico”.



com a evidencia empírica, mesmo numa fase em que a concentração e os grandes conglomerados sequer eram vislumbrados como possibilidade.

De fato, podemos ver em Ricardo a expressão perfeita da grandeza e dos equívocos da economia política, com o limite de sua análise sendo dado pela própria contradição genética desta, i. e., a de buscar um entendimento científico do mundo tomando como ponto de partida (implícita ou explicitamente) a certeza da perfeição do próprio ponto de chegada, isto é, que o mundo das relações capitalistas, objeto da economia, seria um mundo em que supostamente a racionalidade se materializa de tal forma que não há espaço para a contradição e no qual o crescimento econômico não poderia ter outra direção que não o do progresso da sociedade como um todo. É assim que *ao “confirmar” crescimento e desenvolvimento econômico como equivalentes – “sinônimos”, na prática – a economia afirma a inevitabilidade do capital como relação global e também do progresso como resultado histórico*. Mas, ora, se as “benesses” do capital são o destino inevitável do mundo e todas as diferenças históricas, culturais e, em última instância, locais, estão destinadas a serem superadas pela uniformização do avanço da modernidade, é evidente que para entender esse processo não se faz necessária a categoria espaço, apenas o tempo. Mais do que isso, *o tempo aqui comparece apenas em sua dimensão quantitativa*, tendo em vista que o que anima seu movimento é a noção de história como marcha irresoluta do espírito humano em direção à razão total. A economia, assim, não apenas confirmaria como ela própria assume, desse modo, papel essencial na *construção da noção de história como processo linear e teleológico* (em direção ao “paraíso” do progresso e do bem-estar), próprios do discurso da modernidade. E é esse “fim da história”, seu apagamento, que serve de base para a teoria dos *desequilíbrios regionais*; estes, pensados apenas como *diferenças quantitativas de acumulação a serem resolvidas no quantitativo do progresso temporal das relações mercantis*.

Ademais, lembremos que até fins da década de 1940, e retrocedendo dali pelo menos um século (até os *Princípios*), foi a teoria das “vantagens comparativas” de Ricardo que dominou o debate econômico quanto à forma em que deveriam se dar as relações comerciais entre os diferentes países. Segundo essa teoria, não importaria se as trocas se dessem entre um país industrializado e outro sem nenhuma indústria, dependente apenas de sua produção agrária: *não haveria vantagem para nenhum dos lados, mas equivalência nas trocas*, tendo em vista as particularidades de suas especializações terem se dado, em tese, não por questões de ordem histórica ou política, mas simplesmente por questões de racionalidade econômica: mais uma “prova” da infalibilidade e eficiência do mercado, portanto. Como se sabe, é só em fins dos anos de 1940 que a questão do crescimento econômico das economias atrasadas (em termos de acumulação de capital) passa a ser tema do debate econômico. E em 1948 é Raúl Prebisch, à frente da recém criada CEPAL, o primeiro economista latino a criticar essa concepção, com ideias que dariam base à teoria desenvolvimentista e que, por sua vez, estariam no fundamento da criação da SUDENE.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Cf. PREBISCH, Raúl. “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus problemas”. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.) *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Volume 1. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2000.



## A QUESTÃO DO ESTADO: HETERODOXIA TEÓRICA; ORTODOXIA PRÁTICA

Como bom marxista, Oliveira se mostra atento ao capital como relação social e como “totalidade de múltiplas determinações” para, depois de criticar a concepção errônea que põe como equivalentes crescimento e desenvolvimento econômico, dedicar atenção ao duplo do mercado (aqui, a coluna fundamental de sustentação do projeto da SUDENE): o Estado. É quando temos uma das contribuições mais poderosas presentes na *Elegia*, pois a crítica não se limita apenas à concepção dominante de Estado, ela é uma *crítica à forma Estado ela mesma*.

Com efeito, não é por acaso que ele inicia a introdução da obra com referências a Marx e a García Márquez, explicando, que

as citações iniciais demarcam o terreno desta pesquisa e anunciam seus objetivos: pretende-se oferecer uma versão e uma interpretação da história econômica, social e política do Nordeste e do Brasil dos dias da criação da SUDENE - com o indispensável retrospecto e a também indispensável prospecção, esta muito mais no terreno das hipóteses - que nos salve de "cair na puerilidade" de um lado e evite as interpretações eminentemente técnicas e instrumentais do tipo de "trazar las calles con tan buen sentido..." Isto é, pretende-se tratar a questão de forma a preservar seu "encanto" histórico e advertir que a tentativa de reeditar esse "encanto", sob outras condições e noutro momento histórico, corre o risco de "cair na puerilidade". Quando for possível "decifrar los pergaminos" da SUDENE e de sua experiência - e este trabalho pretende oferecer uma contribuição neste sentido - ficará claro que "todo lo escrito en ellos era irreplicable desde siempre y para siempre..." (OLIVEIRA, 2008, p. 138).

Ora, esse encanto que beira a puerilidade se dá necessariamente pela incompreensão da verdadeira natureza da intervenção do Estado em uma economia capitalista, que como ele explica, é “dada pelo caráter mesmo das relações de produção e portanto sociais que fundam esse sistema: o cálculo econômico” (OLIVEIRA, 2008, p. 139). Sendo também um acerto de contas com seu próprio entendimento acerca do processo político que levou à derrocada do projeto inicial pensado por Furtado para a SUDENE, aqui fica clara sua advertência para o fato de que, ao fim daquela experiência, *não há mais espaço para as ilusões acerca do desenvolvimentismo nem como experiência histórica e nem como teoria*.<sup>5</sup> Vejamos o porquê, analisando a questão do Estado para a teoria econômica.

Como já mencionado, desde os fisiocratas, a economia política separa os assuntos do Estado do que concerne ao movimento “natural” do mercado. *No limite, separa-se economia de política*. Mas na década de 1930, no quadro de certa decadência da então recente nova configuração do capital (agora monopolista ou “imperialista”), a ideologia keynesiana, com sua missão de salvar o capitalismo de seu próprio desenvolvimento natural, trará justamente a questão da participação do Estado na economia como um de seus pilares fundamentais. Àquela altura, o que Keynes propunha era um arranjo em que os fundamentos do capital pudessem ser mantidos, mas que as crises não mais precisassem existir. Ele logicamente não tinha razão quanto a isso. Mas outro ponto que escapou à sua previsão foi que daí consolidaram-se consolidação três concepções principais sobre a relação entre política e economia – ou Estado e mercado:

---

<sup>5</sup> O que se mostra ridiculamente irônico, quando é justamente essa a teoria que norteia as propostas dos candidatos que se põe como solução “progressista” para a situação em que o país se encontra atualmente.





Primeiro, a vertente temporariamente derrotada, que advogava que as funções do Estado deveriam se restringir ao mínimo possível, de modo a não atrapalhar o mercado em sua dinâmica “eficiente” e “natural”. Na década de 1930, diante da impossibilidade de explicar as causas da violenta crise que assolava o centro capitalista, essa vertente recolhia-se ao espaço das discussões acadêmicas, incapaz, no entanto, de confessar sua derrota diante da objetividade cruel do mundo que insistia em pintar em cores fantásticas.

Dominando a cena, a concepção de Estado keynesiana apresentava este como *agente neutro*, capaz de corrigir as distorções do mercado e mesmo atuar como promotor do desenvolvimento nos países que historicamente não haviam conseguido efetivamente realizar sua industrialização – pretensões que não eram as de Keynes, mas se põem no resultado inevitável da divulgação de suas concepções, estas que, embora perfeitamente alinhadas ao essencial da teoria dos ideólogos do *laissez-faire*, apresentam-se muito bem adornadas em cores “progressistas”.<sup>6</sup> Fora ou à margem do eixo dos países que compõe o centro capitalista, portanto, veremos surgir correntes distintas mas que se alinhem nesse ponto fundamental, da “teoria do desenvolvimento” ao “desenvolvimentismo” dos cepalinos.

À margem, mas, de certo modo, afim com a concepção dominante, uma terceira, que defendia o uso do Estado como *única possibilidade de promover uma transformação radical da sociedade* – projeto que deveria ter início, por sua vez, no âmbito nacional, a partir do desenvolvimento das forças produtivas, de modo a criar as condições para tal mudança qualitativa. Temos aqui, portanto, uma radicalização do argumento desenvolvimentista combinado com o pior do leninismo, resultando numa concepção positivista do desenvolvimento social como um processo etapista inexorável. Mas seria essa concepção que animaria algumas das principais experiências políticas auto denominadas anti-imperialistas na América Latina.

Ainda sobre a primeira destas concepções, importa assinalar seu alcance, evidenciado, por exemplo, no fato de que é ela que serve de base para a noção de “desequilíbrios regionais”, concepção dominante à época da criação da SUDENE no estudo das regiões. Tal concepção, já apontamos, trata de interpretar as realidades regionais vistas como *dadas*, sem qualquer consideração pelas particularidades sócio-históricas de tais experiências – o que, em tese, deveria ser o ponto de partida da intervenção do Estado. Segundo ela, apenas da análise de *indicadores quantitativos* que se busca entender uma dada realidade local, o que se dá, não por acaso, com a concomitante exclusão de uma investigação de seus processos políticos, culturais, geográficos, históricos etc., evidenciando a pobreza de um entendimento que pressupõe, consciente disso ou não, o espaço homogêneo e isento de conflitos e diferenças de ordem política. Mas ora, apesar desse quadro, *há, no entanto, a ironia dessa concepção não se furtar em assumir a necessidade da intervenção do Estado*, confirmando mais uma vez o aspecto

---

<sup>6</sup> Até hoje o keynesianismo – ou melhor, sua distorção – ainda inspira muito do pensamento “de esquerda” que insiste em negar Marx por sua “radicalidade”, em especial na economia. Vale mencionar, como primeira dessas apropriações (“distorções”) da proposta de Keynes a Teoria do Desenvolvimento. Sobre ela, Cf. CARDOSO, Fernanda. *Nove clássicos do desenvolvimento econômico*. Jundiaí: Paco Editorial, 2018. Para uma (pioneira) crítica de Keynes por um viés marxista, cf. EATON, John. *Marx contra Keynes*. Tradução de Gilberto Paim. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1958 (Livros do Século). No Brasil, a principal referência crítica à obra do célebre reformador é Lauro Campos, de quem podemos citar o já clássico *A crise da ideologia keynesiana* (São Paulo: Boitempo, 2016).



puramente ideológico da fábula da infalibilidade do mercado. Com efeito, ao tomar as desigualdades regionais como guia de ação para um diagnóstico que apenas confirma a ingerência da ação cega do mercado ao mesmo tempo em que a mistifica, *o que se evidencia não é outra coisa que a pura imbricação entre o interesse econômico e o Estado*, com o primeiro fazendo deste último um conveniente instrumento, ainda que sob o véu de uma suposta neutralidade. Nessa negação prática, manifesta na própria contradição teórica, não poderia haver melhor explicitação da própria dinâmica do capital...

Mas e quanto a Oliveira, como ele se posiciona diante dessas concepções? Na contramão das três, *sua crítica se dá, como já assinalamos, no sentido de evidenciar os limites da própria forma Estado, bem como mostrar qual seu real papel no âmbito da luta de classes em uma sociedade capitalista*. Ora, primeiro, ele trata de evidenciar que o cálculo econômico, norte da intervenção, do “planejamento”, é dado “em primeiro lugar pelo conteúdo de valor das mercadorias, pela reiteração das trocas e do movimento de circularidade do capital, e afinal pelo estabelecimento de um equivalente geral” (OLIVEIRA, 2008, p. 139), ou seja, pelo fundamento das ações da própria burguesia, “agente” econômico por excelência nas relações de tipo capitalista.<sup>7</sup> Já no que diz respeito à especificidade do planejamento capitalista, o que ele pode fazer – e efetivamente o faz – é simplesmente repor os pressupostos da produção capitalista para a continuidade do ciclo do capital, ou seja, mudar o destino do mais-valor, direcionando-o aos interesses determinados pela classe detentora do capital; o que significa também, ao mesmo tempo, afirmar que “o que o planejamento *não pode* realizar é a superação da contradição básica do sistema de produção capitalista, que se instala no coração da própria mercadoria: a antítese dialética entre valor e mais-valia, entre trabalho morto e trabalho vivo, trabalho pago e trabalho não-pago” (OLIVEIRA, 2008, p. 140).

Reforçando essa compreensão, destaque-se ainda que a interferência do planejamento, tanto pelo lado da produção quanto da apropriação, há de encontrar seus limites na própria composição do capital produtivo real em dado território, de tal modo que

se as proporções de alteração da forma da mais-valia que deve ser repostas no início do ciclo produtivo não corresponderem à base real dada pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas, o capital se esterilizará: se não houver força-de-trabalho para ser comprada, se não houver capital sob a forma de trabalho-morto cristalizado em máquinas, instrumentos e processos para serem postos em produção, os limites de transformação da forma da mais-valia logo aparecerão (OLIVEIRA, 2008, p. 141).<sup>8</sup>

Trata-se, portanto, dos limites do capital propriamente como relação social, pois, como ele nos explica, ainda que as relações de produção se encontrem em vínculo estreito com as formas de reprodução do capital, as quais, por sua vez, determinam o caráter da luta de classes, não se pode fazer aqui uma transposição mecânica desta para o nível da política. Nesse sentido,

---

<sup>7</sup> É justamente nesse sentido que a economia política ganha destaque: por ter sido “a primeira das ciências sociais a quantificar os fenômenos, possibilitando o enorme avanço instrumental e analítico” (OLIVEIRA, 2008, p. 140).

<sup>8</sup> Para o caso em destaque na análise *Elegia*, i. e., o do planejamento no Nordeste do Brasil, todavia, “esses limites eram bastante elásticos, sobretudo quando se considera que a região Centro-Sul podia fornecer, como forneceu, os elementos do capital, enquanto o próprio Nordeste podia fornecer, como forneceu, os elementos da força-de-trabalho” (OLIVEIRA, p. 141).



precisamente no descompasso entre nível das forças produtivas ou formas de reprodução do capital e relações de produção é que reside uma das contradições básicas do sistema capitalista de produção, e exatamente essa perspectiva é que abre as possibilidades mais ricas para o estudo concreto dessa combinação desigual (OLIVEIRA, 2008, p. 148).

Frisamos que a postura de Oliveira deve ser entendida em toda a sua radicalidade, considerando especialmente o contexto da época. De fato, num período em que a esquerda dominante, inclusive a brasileira, ainda se encontrava sob a pesada influência dos teóricos da Terceira Internacional, o autor da *Elegia* se alinha aí ao que mais avançado a teoria marxista apresenta sobre a questão da natureza e funções do Estado – no caso, os pensadores da teoria política marxista ocupados, entre fins dos anos 1960 e em especial na década seguinte, em reabilitar Pachukanis; e dentre os quais se destaca Nicos Poulantzas.<sup>9</sup>

Não significa, no entanto, dizer que ele seja o primeiro<sup>10</sup> – o que em nada diminui a importância de sua postura em uma época em que, por exemplo, a ditadura empresarial-militar brasileira não mostrava ainda grandes sinais de desgaste. Mas não se perca de vista que não se trata de simples tomada posição “radical”, condenada à esterilidade e à inação, mas uma *postura fundamental para buscar entender em todo o seu alcance a categoria “planejamento” (aqui comparando na figura da SUDENE) no contexto do projeto de integração nacional, e como esta, por sua vez, insere o país na então corrente reorganização da divisão mundial do trabalho.*

### **CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DO NORDESTE: REGIÃO, ESTADO, PLANEJAMENTO**

A crítica pioneira da experiência da SUDENE presente na *Elegia* não apenas está muito além da crítica desenvolvimentista, quanto pressupõe toda a discussão histórica acima exposta para fundamentar, na categoria *região* – que recupera, portanto, a categoria *espaço* –, uma análise que é, ao mesmo tempo, a crítica da então vigente visão dominante sobre o Nordeste – não apenas, mas principalmente, do ponto de vista político e econômico –, e da noção de tempo linear que caracteriza o discurso moderno. Em outras palavras, sua “crítica da ‘economia política’ do Nordeste” se fundamenta numa concepção dialética de tempo e se move com naturalidade entre o local e o global, indo muito além do que se conhecia até então nas tentativas de se responder ao “enigma” do Nordeste como região, até ali, quase nunca considerado como resultado histórico de um conjunto complexo de relações político-econômicas de amplitude global.

À sua época, a *Elegia*, segundo o próprio autor, se inscreve

numa recente linha de preocupações, abandonando a literatura apologética que se produziu abundantemente no Brasil na última década, a partir da própria SUDENE, do Banco do Nordeste do Brasil e de outras instituições oficiais; apologia escrita que entra em flagrante contradição com o estado de espírito da maioria daqueles que labutam nos organismos de planejamento, e especificamente no organismo de

<sup>9</sup> Cf. MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013; em especial, sua “Introdução”.

<sup>10</sup> Cf. por exemplo, a análise de Octávio Ianni, sobre o papel do Estado na industrialização brasileira. IANNI, Octávio. *Estado e capitalismo*. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Brasiliense, 1989.



planejamento criado para o Nordeste, cuja frustração é um segredo de Polichinelo (OLIVEIRA, 2008, p. 138).

De fato, e já o assinalamos, apenas um ano depois de seu lançamento, tínhamos na Geografia o surgimento da “Geografia Nova”, articulada por volta de 1976/1977 em torno de Bertha Becker e Armen Mamigonian, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. O grupo de autores, que também ficou conhecido como “Geração de Fortaleza”, em referência ao evento que marcou a institucionalização do grupo, realizado na capital do Ceará em 1978, incluía ainda ninguém menos que Milton Santos, que lançaria naquela oportunidade seu seminal *Por uma geografia nova*.

Quanto ao conteúdo da obra, a *Elegia* apresenta ao longo de seis capítulos uma crítica vigorosa que vai do processo de integração nacional à crítica do capital. Oliveira, desse modo, parte da discussão da consolidação do projeto de nação brasileiro para mostrar como esta estrutura internamente a relação de dependência entre as regiões Nordeste e o que ele chama de Centro-Sul, para benefício desta e como, por resultado, chega-se com isso a uma nova etapa do processo de integração da economia brasileira ao capital global. Seu entendimento, portanto, é de que expansão capitalista no Brasil não pode ser pensada senão na referência à conexão da economia brasileira com o capital global – o que nos leva a outro importante grupo de interlocutores, os da teoria da dependência; em especial, os da vertente marxista.<sup>11</sup> É, pois, nesse pano de fundo que ele apresenta sua conceituação de região: ele a fundamenta “na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral” (OLIVEIRA, 2008, p. 145), assim, região, “seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por consequência uma forma especial da luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição” (OLIVEIRA, 2008, p. 148). A partir dessa especificidade ele pode, inclusive, propor determinações mais rigorosas, de modo que

é possível reconhecer a existência de espaços econômico-político-sociais onde, por exemplo, o capital comercial comanda as leis de reprodução sem no entanto penetrar propriamente na produção; tal região se diferenciaria de uma outra onde o capital penetrou no próprio sistema produtivo, onde seria o capital industrial – em sentido lato, pois a agricultura capitalista também é uma indústria – o responsável pela reprodução do sistema; assim, sucessivamente, as diversas formas de reprodução do capital conformariam “regiões” distintas (OLIVEIRA, 2008, p. 148).

Isso, por outro lado, ele o faz sem cair numa simples “tipologia do capital”, advertindo que além de estranha ao método dialético, o que está em jogo, de fato, é que tanto “é evidente

---

<sup>11</sup> Vertente que, por sua vez, teve pouco espaço no Brasil, tendo seus principais representantes se exilado no contexto das perseguições políticas da ditadura empresarial-militar. A teoria da dependência, com isso, e a despeito das contribuições, por exemplo, de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Teotônio dos Santos (nomes importantes da recém fundada UnB, antes do golpe), até muito recentemente esteve totalmente fora do debate acadêmico brasileiro. Sobre a trajetória dos principais teóricos da vertente marxista da Teoria da dependência, cf. WASSERMAN, Cláudia. *Teoria da dependência: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo*. São Paulo: Editora FGV, 2017.



que as diversas formas de reprodução do capital nunca se apresentam nem em ‘estado puro’ nem isoladas” (OLIVEIRA, 2008, p. 148), quanto, por outro lado, e disso não há dúvidas, “existem estágios em que há uma sobredeterminação principal da forma de reprodução, que subordina as demais” (OLIVEIRA, 2008, p. 148). Ora, é essa subordinação mesma que é a marca da ação “planejamento”, que manifesta-se aqui “como uma ‘forma’ da intervenção do Estado sobre as contradições entre a reprodução do capital em escala nacional e regional, e que *tomam a aparência de conflitos inter-regionais*” (OLIVEIRA, 2008, p. 149; grifos do autor). Significa dizer, como já assinalamos na seção anterior, que não se trata da

presença de um Estado mediador mas, ao contrário, ao presença de um Estado capturado ou não pelas formas mais adiantadas da reprodução do capital para forçar a passagem no rumo de uma homogeneização, ou conforme é comumente descrito pela literatura sobre planejamento regional, no rumo da “integração nacional”. Nem ainda o planejamento é uma forma “neutra” dessa presença; ao contrário, ele é no mais das vezes uma forma transformada da própria luta de classes, tanto ao nível das contradições na reprodução global do capital quanto ao nível das contradições entre as formas diferenciadas, “regionais”, daquela reprodução e as mesmas formas das relações de produção (OLIVEIRA, 2008, p. 149).

Do ponto de vista da totalidade, portanto, *não se pode falar em região sem referência a outras regiões*, estas operando o processo de reprodução do capital em níveis distintos, e conformando, numa relação dialética (i. e., uma relação contraditória *qualitativa*, de determinação mútua; não uma simples contradição), a assim chamada economia nacional, *que, por sua vez, não pode ser pensada senão em relação à totalidade da produção e reprodução do capital em escala global*. Ora, percebe-se, então, a imensa gama de possibilidades dessa proposta, que pode agora, de maneira muito mais rica, pensar a questão das relações inter-regionais, abandonando “a abordagem dos ‘desequilíbrios regionais’ por uma formulação que centre suas atenções nas contradições postas e repostas exatamente pelas formas diferenciadas de reprodução do capital e das relações de produção” (OLIVEIRA, 2008, p. 149). É isso que faz com que a *Elegia* se ponha também como uma obra que não pode ser reivindicada por uma área específica, ao mesmo tempo em que se afirma como chave fundamental de leitura da realidade brasileira.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *Elegia*, portanto, nos abre caminho para uma análise de múltiplas dimensões (ou escalas) que vai do local ao global e de novo ao global, numa análise interdisciplinar que passeia pela história, geografia, economia política e tem como fundamento uma apropriação bastante original do materialismo dialético para se pensar o Brasil, originalidade que, como sabemos, o consagrou como “mestre da dialética”; um de nossos pensadores mais originais em todos os tempos.

O que se quer destacar aqui não é apenas o florescimento de um campo fértil para se pensar a questão regional a partir do lançamento da *Elegia*, e sim a originalidade como uma das marcas fundamentais de Oliveira, que reaparecia no debate público – cinco anos após seu *Crítica à razão dualista* – para mais uma vez apresentar uma contribuição bastante particular ao mesmo tempo que sofisticada a um debate vigente. *Sua originalidade, portanto, ele*





*fundamenta no diálogo incessante com o que de melhor o país produzia para pensar sua história e realidade.* Entende-se então por que foi sempre dialética a sua postura, sentindo-se ele convocado a escrever não por conveniência, mas sempre que sentia a necessidade de alargar a compreensão sobre um dado tema, assumindo sempre a posição de contraposição ou de “solução dialética” em uma dada discussão. Podemos nisso confirmar, portanto, sua alcunha de “mestre da dialética” e sua posição como um dos pensadores mais importantes de sua geração, a despeito de seus eventuais equívocos.

Por fim, há ainda de se salientar mais uma sua radicalidade como uma vantagem adicional em relação a outros textos. *Elegia*, de fato, representa um momento particular da história do Francisco de Oliveira; momento tanto de ajuste de contas intelectual com sua experiência teórica e política anterior, ainda como parte dos quadros da SUDENE, quanto de tristeza e indignação diante da situação do país – e do nordeste, em especial – e da recente perda de sua companheira Orieta, a quem também dedica a obra, ao lado dos “trabalhadores, operários e camponeses do Nordeste”, Miguel Arraes de Alencar, seu amigo pessoal e governador de Recife quando do episódio do golpe de 1964, Francisco Julião, o lendário líder das Ligas Camponesas, e ao médico sanitarista, cujo legado permanece ainda hoje sem o devido reconhecimento, Mário Magalhães da Silveira.

Se ele “canta o amor pelos milhões de nordestinos que pereceram, vítimas de um sistema de opressão e opróbio, e que jogaram suas vidas não na inutilidade de desafiar Zeus, mas na audácia do desafio”, ele, todavia, adverte em seguida que com isso não se pode fazer qualquer mistificação, “pois nenhuma ciência poderá recuperar suas vidas; apenas o futuro da libertação, reconstruindo e dando sentido à História, poderá recuperar o seu sentido”. Sua elegia, pois, “canta o amor do futuro. Não esquece, porém, que, ao cantar, esse futuro se realiza pelo aprofundamento da exploração, nesse futuro imediato”. Assim, mais do que um canto de amor, *Elegia* é um chamado à luta; sem ilusões reformistas, pela memória e consciência do passado e do presente e pelo amor do futuro.

## REFERÊNCIAS

MYRDAL, Gunnar. **Aspectos políticos da teoria econômica**. Apêndice de Paul Streeten. Tradução de José Auto. Revisão e notas de Cassio Fonseca. Tradução do Prefácio à Edição Sueca (1972) de Aldo Bochini Neto. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (Os Economistas).

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião/Noiva da revolução**. São Paulo: 2008, Boitempo,

PAULANI, Leda Maria. “Ciência econômica e modelos de explicação científica: retomando a questão”. *Brazilian Journal of Political Economy*. n. 30 (1). Mar 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/jyQC8MXFgsT4SHRjynjZ6wp/>

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Com a Introdução de Edwin Cannan. Volume I. Apresentação de Winston Fritsch. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural (Os Economistas).



## HISTÓRICO

**Submetido:** 07 de janeiro de 2022.

**Aprovado:** 22 de fevereiro de 2022.

**Publicado:** 15 de março de 2022.

## DADOS DO(S) AUTOR(ES)

### Fabiano José Araújo dos Santos

Mestre em Filosofia pela Univ. Estadual do Ceará (UECE), Professor Substituto na Universidade Regional do Cariri (URCA), Rua Cel. Antônio Luiz, 1161. Pimenta, Crato, CE, Brasil. CEP: 63105-000

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-5162-4791>.

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/5715804273811574>.

**E-mail:** [fabiano.santos@urca.br](mailto:fabiano.santos@urca.br).

## COMO CITAR O ARTIGO - ABNT

SANTOS, F. J. A. 45 anos de Elegia para uma re(li)gião: revisitando a “economia política do planejamento regional”. **Revista GeoUECE**, Fortaleza (CE), v. 11, n. 20, e202206, 2022.